

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

4º Trimestre de 2018

Capacidade de financiamento da economia diminuiu para 0,2% do PIB em 2018

A capacidade de financiamento da economia foi 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, o que compara com 1,1% em 2017. O PIB nominal aumentou 3,6%, acima do crescimento de 3,2% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB), verificando-se uma redução do saldo dos rendimentos primários com o Resto do Mundo.

Considerando valores anuais terminados no trimestre, a capacidade de financiamento da economia passou de 0,6% do PIB no 3º trimestre para 0,2% no 4º trimestre de 2018. A capacidade de financiamento do setor institucional das Famílias aumentou de 0,5% do PIB no 3º trimestre para 0,7% no 4º trimestre de 2018. O rendimento disponível das Famílias registou um aumento superior ao da despesa de consumo final, o que determinou o aumento da taxa de poupança para 4,6%. O saldo das Sociedades Não Financeiras agravou-se, fixando-se em -2,0% do PIB no 4º trimestre, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou para 1,9%. O saldo do setor das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 0,3 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2018, relativamente ao trimestre anterior, situando-se em cerca de -912,8 milhões de euros, o que correspondeu a -0,5% do PIB (-3,0% do PIB em 2017).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 4º trimestre de 2018.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite Contas Nacionais – 4º trimestre de 2018

eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia

reduziu-se para 0,2% do PIB

A capacidade de financiamento da economia foi 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, o que compara com 1,1% em 2017. O PIB nominal aumentou 3,6%, acima do crescimento de 3,2% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) e do Rendimento Disponível Bruto (RDB), verificando-se uma redução do saldo dos rendimentos primários com o Resto do Mundo.

Considerando valores anuais terminados no trimestre, a capacidade de financiamento da economia passou de 0,6% do PIB no 3º trimestre para 0,2% no 4º trimestre de 2018. O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram taxas de variação de 1,1% e 1,2%, respetivamente. O crescimento do RNB superior ao PIB foi determinado pela ligeira redução do saldo negativo dos rendimentos de propriedade relativamente ao exterior, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de -1,2% e -1,4%, respetivamente.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou um crescimento de 1,2%, inferior em 0,2 p.p. ao acréscimo da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando uma taxa de variação de 0,1% da poupança bruta (0,4% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 16,7% do PIB no 4º trimestre de 2018 (16,9% no trimestre anterior).

O aumento de 3,1% da Formação Bruta de Capital (FBC) mais que compensou o aumento da poupança bruta, originando numa redução da capacidade de financiamento da economia para 0,2% do PIB.

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2014T1	170 692	0,2	168 293	0,2	170 390	0,3
2014T2	172 235	0,9	169 641	0,8	171 614	0,7
2014T3	173 278	0,6	170 792	0,7	172 897	0,7
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,3
2015T1	174 810	1,0	171 299	0,7	173 613	0,8
2015T2	176 641	1,0	172 327	0,6	174 538	0,5
2015T3	178 203	0,9	173 836	0,9	176 013	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 598	1,0	177 237	1,4	179 442	1,3
2016T2	183 085	0,8	178 490	0,7	181 097	0,9
2016T3	184 760	0,9	179 948	0,8	182 555	0,8
2016T4	186 480	0,9	182 176	1,2	184 660	1,2
2017T1	188 378	1,0	183 876	0,9	186 826	1,2
2017T2	190 485	1,1	186 187	1,3	188 954	1,1
2017T3	192 412	1,0	188 187	1,1	191 130	1,2
2017T4	194 613	1,1	190 364	1,2	193 458	1,2
2018T1	196 186	0,8	192 381	1,1	195 257	0,9
2018T2	197 644	0,7	192 864	0,3	195 907	0,3
2018T3	199 468	0,9	194 228	0,7	197 297	0,7
2018T4	201 606	1,1	196 467	1,2	199 607	1,2

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento Un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,8	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,7	0,9	15,9	0,7
2016T3	15,8	1,0	15,8	0,9
2016T4	15,9	0,9	15,7	1,0
2017T1	16,1	1,0	16,0	1,1
2017T2	16,4	0,9	16,4	1,0
2017T3	16,8	0,9	16,7	1,1
2017T4	17,1	0,8	16,9	1,1
2018T1	17,4	0,8	17,1	1,1
2018T2	17,0	0,8	17,1	0,8
2018T3	16,9	0,9	17,2	0,6
2018T4	16,7	0,9	17,6	0,2

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

O défice das AP situou-se em 0,5% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2018, que compara com uma necessidade de financiamento de 0,2% do PIB no trimestre anterior. Este agravamento da necessidade de financiamento resultou da variação positiva de 2,4% na despesa total e de 1,7% na receita total das AP. Relembre-se que no final de 2017 o défice das AP tinha atingido 3,0% do PIB.

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) diminuiu 0,5 p.p. no 4º trimestre de 2018, para -2,0% do PIB. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras aumentou ligeiramente de 1,8% do PIB no 3º trimestre de 2018 para 1,9% no 4º trimestre.

O saldo externo de bens e serviços (ver gráfico 2) diminuiu para 0,1% do PIB no 4º trimestre de 2018 (0,7% no trimestre anterior), devido ao aumento das importações superior ao das exportações (2,0% e 0,6%, respetivamente).

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

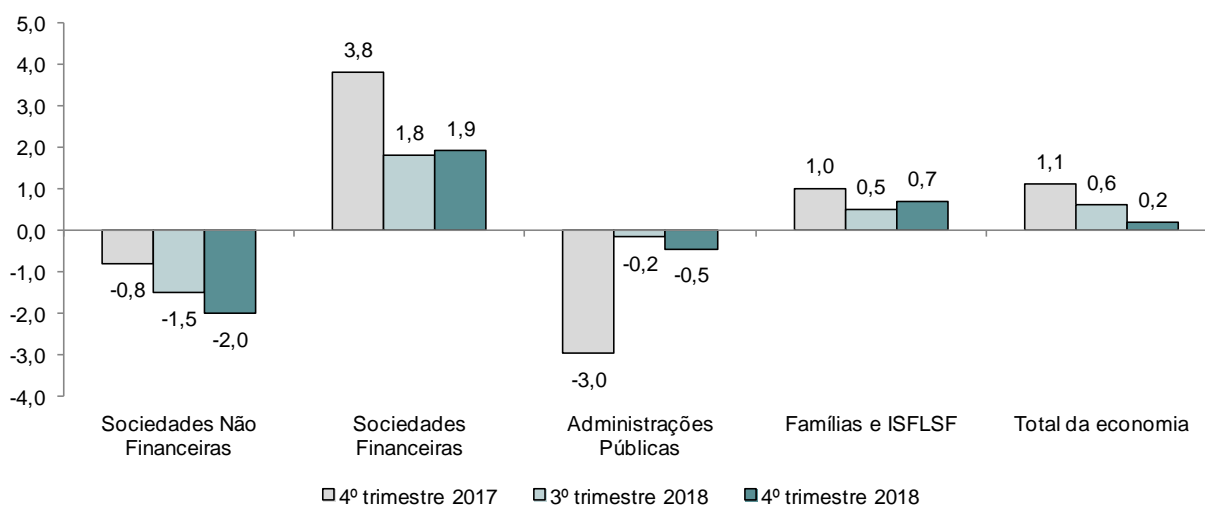
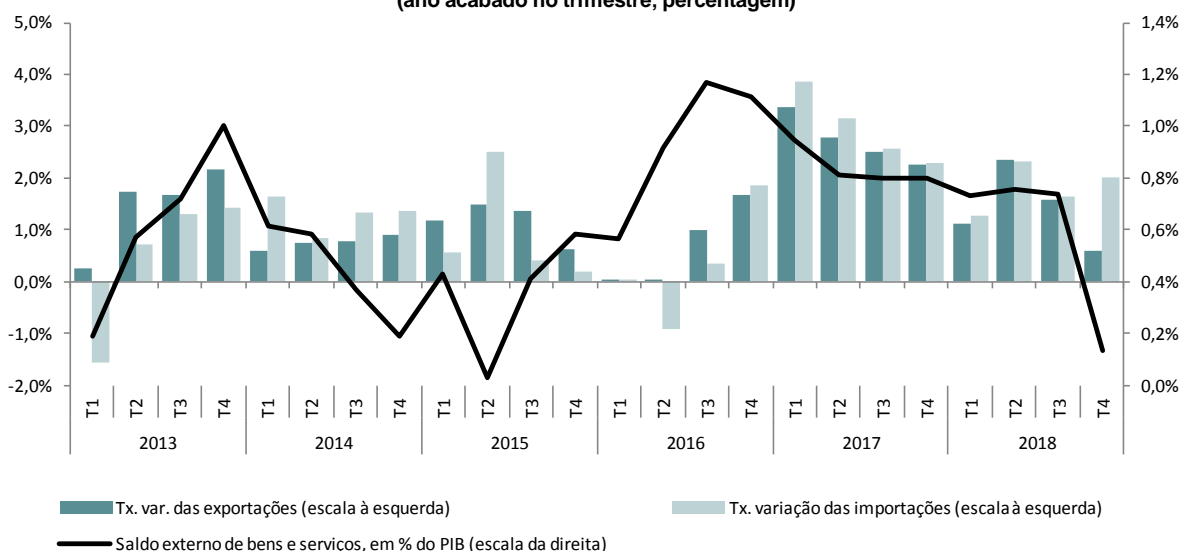


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (ano acabado no trimestre; percentagem)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 0,7% do PIB

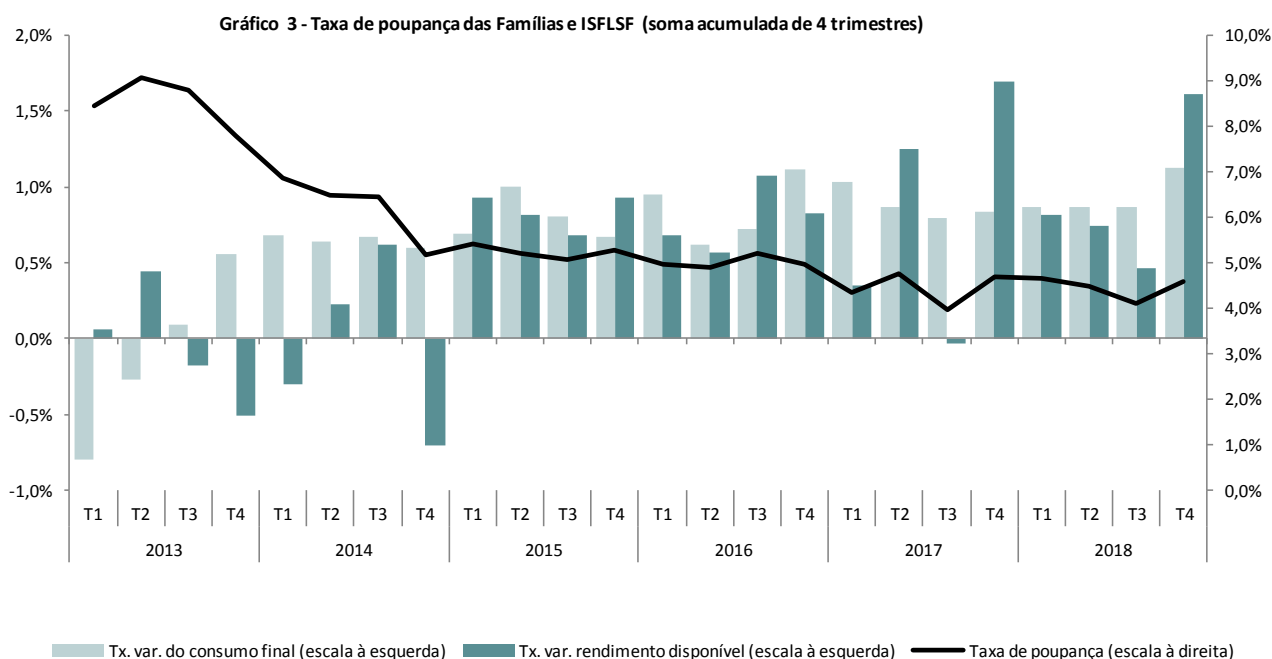
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,7% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2018, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo o aumento da poupança em 13,6%, que mais que compensou o aumento de 4,4% da Formação Bruta de Capital (2,9% no trimestre anterior).

No gráfico 3 apresentam-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se observa, a taxa de poupança das Famílias aumentou para 4,6% do rendimento disponível (mais 0,5 p.p. que no trimestre anterior), em resultado de um acréscimo do rendimento disponível superior ao da despesa de consumo final.

O aumento mais acentuado do rendimento disponível das Famílias foi determinado pelo crescimento de 1,9% das remunerações no 4º trimestre de 2018 (aumento de 1,1% no trimestre anterior) e adicionalmente pelo acréscimo de 2,3% das prestações sociais recebidas. Refira-se que a aceleração das remunerações e das prestações sociais recebidas reflete o efeito do pagamento do subsídio de Natal por inteiro nas remunerações pagas pelas AP e nas pensões.

O quadro 3 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível.

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) das Famílias registou uma taxa de variação de 3,2% no 4º trimestre de 2018 (2,9% no trimestre anterior).



O RDB ajustado *per capita* fixou-se em 15,3 mil euros no 4º trimestre de 2018, o que corresponde a um crescimento de 1,8% face ao trimestre anterior. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o

valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP e ISFLSF, mas consumidos pelas Famílias.

Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2014T1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,3	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,6	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	0,9
2016T1	0,5	0,2	0,0	0,0	-0,1	-0,1	0,7
2016T2	0,6	0,1	-0,4	0,0	0,2	-0,1	0,6
2016T3	0,6	0,2	-0,2	0,0	0,1	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,0	0,8
2017T1	0,7	0,1	-0,3	-0,3	0,1	0,0	0,4
2017T2	0,8	0,2	-0,2	-0,4	0,0	-0,8	1,3
2017T3	0,8	0,2	-0,1	-0,3	0,2	0,7	0,0
2017T4	1,2	0,2	-0,1	0,4	0,0	0,1	1,7
2018T1	0,6	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,1	0,8
2018T2	0,7	0,2	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	0,7
2018T3	0,7	0,2	0,0	-0,1	0,1	0,3	0,5
2018T4	1,2	0,2	0,0	0,3	0,1	0,2	1,6

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,0% do PIB

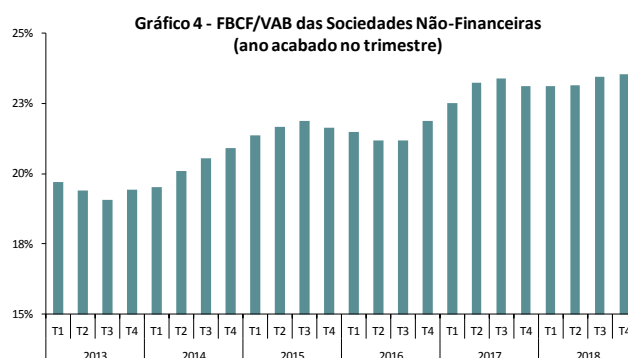
A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se em 0,5 p.p., fixando-se em 2,0% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2018. Este resultado refletiu sobretudo os aumentos das remunerações pagas e da Formação Bruta de Capital (FBC). O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 0,7%, menos 0,2 p.p. do que no trimestre anterior.

As remunerações pagas pelo setor registaram um crescimento de 1,6%, superior ao aumento do VAB, o que determinou uma redução de 0,9% do Excedente Bruto de Exploração (EBE).

A taxa de margem operacional do setor atingiu 38,5% (menos 0,6 p.p. do que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o EBE e o VAB e corresponde à percentagem de valor criado que se

destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

A FBCF aumentou 1,1% no ano acabado no 4º trimestre, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 23,5%, mais 0,1 p.p. do que no trimestre anterior.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 1,9% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras representou 1,9% do PIB no 4º trimestre de 2018, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior.

A poupança corrente do setor registou um aumento de 2,3% no 4º trimestre de 2018. Para esta evolução contribuiu principalmente o aumento do saldo dos rendimentos de propriedade. Os rendimentos recebidos e pagos registaram taxas de variação de 1,0% e -0,3%, respetivamente.

Setor das Administrações Públicas: necessidade de financiamento aumentou 0,3 p.p.

O saldo do setor das AP registou uma diminuição de 0,3 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2018, relativamente ao trimestre anterior, atingindo -0,5% do PIB. O aumento da necessidade de financiamento resultou da variação positiva de 2,4% na despesa total, acima do crescimento de 1,7% na receita total (ver quadros 4 e 5).

O comportamento da despesa total reflete os aumentos de 4,9% e 2,2% na despesa de capital e na despesa corrente.

A variação ocorrida na despesa de capital é explicada sobretudo pelo aumento da outra despesa de capital. No que diz respeito à despesa corrente, o seu comportamento resultou do efeito combinado dos aumentos de 4,3% na outra despesa corrente, de 2,8% nas prestações sociais e nas despesas com pessoal e de 1,0% no consumo intermédio. Em sentido oposto destacam-se as diminuições de 4,5% e de 1,6% na despesa com subsídios e nos encargos com juros, respetivamente.

A variação positiva da receita total no ano terminado no 4º trimestre foi resultado do efeito combinado de um aumento de 1,8% na receita corrente e uma diminuição de 0,6% da receita de capital. O comportamento da receita corrente foi determinado pelo aumento das contribuições sociais (2,1%), dos impostos sobre o rendimento e património (1,8%), dos impostos sobre a produção e importação (1,8%), das vendas (0,6%) e da outra receita corrente (1,2%).

Refira-se que o saldo das AP no ano terminado no 3º trimestre foi revisto em baixa, fixando-se em -0,2%, refletindo a incorporação de nova informação de base. Na publicação relativa ao 3º trimestre de 2018 aquele saldo tinha sido estimado em 0,0% do PIB.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1 630,2 milhões de euros no 4º trimestre de 2018, correspondente a -3,2% do PIB (-2,2% em igual período do ano anterior), conforme se pode verificar no quadro 6.

Comparando o 4º trimestre de 2018 com o trimestre homólogo de 2017, destacam-se os aumentos em todas as componentes da receita corrente, especialmente na receita com as contribuições sociais (7,9%), os impostos sobre a produção e importação (7,4%), nomeadamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e com os impostos sobre o rendimento e património (6,7%), associados ao crescimento da atividade económica. Por oposição, registou-se uma diminuição na receita de capital (-1,9%). No que diz respeito às componentes da despesa, verificou-se uma variação positiva na sua maioria, à exceção da despesa com subsídios (variação de -11,9%) e nos encargos com juros (-6,0%). De destacar, nas variações de sinal positivo, o aumento de 42,7% na outra despesa de capital.

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2017T4	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4
Receita total	83 109,5	83 596,5	84 164,0	86 218,6	87 713,7
Receita corrente	82 311,3	82 812,2	83 462,0	85 353,4	86 853,7
Impostos sobre o rendimento e património	19 718,9	19 818,5	19 608,9	20 625,2	20 990,6
Impostos sobre a produção e importação	29 041,7	29 540,9	29 756,8	30 318,3	30 873,1
Contribuições sociais	22 685,0	22 843,3	23 097,7	23 316,0	23 800,6
Vendas	6 695,6	6 714,3	6 800,6	6 937,9	6 981,9
Outra receita corrente	4 170,1	3 895,2	4 198,0	4 156,1	4 207,5
Receita de capital	798,2	784,3	702,0	865,2	860,0
Despesa total	88 875,6	85 045,9	86 259,5	86 576,0	88 626,5
Despesa corrente	80 286,4	80 287,7	80 279,5	80 422,3	82 172,7
Prestações sociais	35 646,6	35 659,3	35 698,5	35 748,4	36 749,8
Despesas com pessoal	21 299,1	21 206,3	21 140,0	21 180,8	21 764,7
Juros	7 436,9	7 316,6	7 219,2	7 066,9	6 955,6
Consumo intermédio	10 565,3	10 536,3	10 681,4	10 821,0	10 930,0
Subsídios	857,3	872,9	865,1	834,8	797,3
Outra despesa corrente	4 481,1	4 696,2	4 675,5	4 770,4	4 975,3
Despesa de capital	8 589,2	4 758,2	5 979,9	6 153,7	6 453,8
Investimento ⁽¹⁾	3 618,2	3 698,6	3 854,8	4 013,5	4 060,2
Outra despesa de capital	4 971,0 ⁽²⁾	1 059,6	2 125,1	2 140,2	2 393,6
Saldo corrente	2 024,9	2 524,5	3 182,5	4 931,1	4 681,0
Saldo total	-5 766,1 ⁽²⁾	-1 449,4	-2 095,4	- 357,4	- 912,8
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72 849,5	72 971,1	73 060,4	73 355,4	75 217,2
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	194 613,5	196 186,5	197 643,7	199 468,3	201 605,7
Défice em % PIB	-3,0%	-0,7%	-1,1%	-0,2%	-0,5%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2017T4	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4
Receita total	0,5	0,6	0,7	2,4	1,7
Receita corrente	0,8	0,6	0,8	2,3	1,8
Impostos sobre o rendimento e património	-0,2	0,5	-1,1	5,2	1,8
Impostos sobre a produção e importação	1,5	1,7	0,7	1,9	1,8
Contribuições sociais	1,6	0,7	1,1	0,9	2,1
Vendas	1,4	0,3	1,3	2,0	0,6
Outra receita corrente	-4,7	-6,6	7,8	-1,0	1,2
Receita de capital	-22,9	-1,7	-10,5	23,2	-0,6
Despesa total	1,8	-4,3	1,4	0,4	2,4
Despesa corrente	1,0	0,0	0,0	0,2	2,2
Prestações sociais	2,1	0,0	0,1	0,1	2,8
Despesas com pessoal	2,0	-0,4	-0,3	0,2	2,8
Juros	-1,7	-1,6	-1,3	-2,1	-1,6
Consumo intermédio	0,1	-0,3	1,4	1,3	1,0
Subsídios	-7,5	1,8	-0,9	-3,5	-4,5
Outra despesa corrente	-4,6	4,8	-0,4	2,0	4,3
Despesa de capital	10,0	-44,6	25,7	2,9	4,9
Investimento ⁽¹⁾	16,0	2,2	4,2	4,1	1,2
Outra despesa de capital	6,1	-78,7	100,6	0,7	11,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	4º trimestre de 2017		4º trimestre de 2018		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	22 256,8	45,2	23 751,9	46,2	6,7
Receita corrente	21 986,4	44,6	23 486,7	45,7	6,8
Impostos sobre o rendimento e património	5 436,6	11,0	5 801,9	11,3	6,7
Impostos sobre a produção e importação	7 534,3	15,3	8 089,2	15,7	7,4
Contribuições sociais	6 156,4	12,5	6 641,0	12,9	7,9
Vendas	1 869,7	3,8	1 913,8	3,7	2,4
Outra receita corrente	989,4	2,0	1 040,8	2,0	5,2
Receita de capital	270,4	0,5	265,2	0,5	- 1,9
Despesa total	23 331,5	47,3	25 382,1	49,4	8,8
Despesa corrente	21 329,7	43,3	23 080,2	44,9	8,2
Prestações sociais	9 331,7	18,9	10 333,0	20,1	10,7
Despesas com pessoal	5 623,1	11,4	6 207,0	12,1	10,4
Juros	1 861,7	3,8	1 750,4	3,4	- 6,0
Consumo intermédio	3 014,0	6,1	3 123,1	6,1	3,6
Subsídios	314,5	0,6	277,0	0,5	- 11,9
Outra despesa corrente	1 184,7	2,4	1 389,6	2,7	17,3
Despesa de capital	2 001,8	4,1	2 301,9	4,5	15,0
Investimento ⁽¹⁾	1 408,2	2,9	1 454,9	2,8	3,3
Outra despesa de capital	593,6	1,2	847,0	1,6	42,7
Saldo corrente	656,6	1,3	406,5	0,8	
Saldo total	-1 074,7	- 2,2	-1 630,2	- 3,2	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. No 4º trimestre de 2018, o saldo global das AP fixou-se em -1 630,2 milhões de euros, correspondendo a -3,2% do PIB (-2,2% do PIB em igual período do ano anterior). Comparando o 4º trimestre de 2018 com o período homólogo, verifica-se que tanto o saldo em contabilidade nacional como o saldo em contabilidade pública registaram diminuições. As restantes diferenças entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os

impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o respetivo momento de registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento.

Para o conjunto do ano 2018, o saldo global das AP fixou-se em -912,8 milhões de euros, o que correspondeu a -0,5% do PIB (-3,0% do PIB em 2017). Para mais informação poderão ser consultados os destaques relativos ao “Procedimento dos Défices Excessivos (1ª notificação de 2019)” e aos “Principais Agregados das Administrações Públicas”, divulgados em simultâneo com o presente destaque.

Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

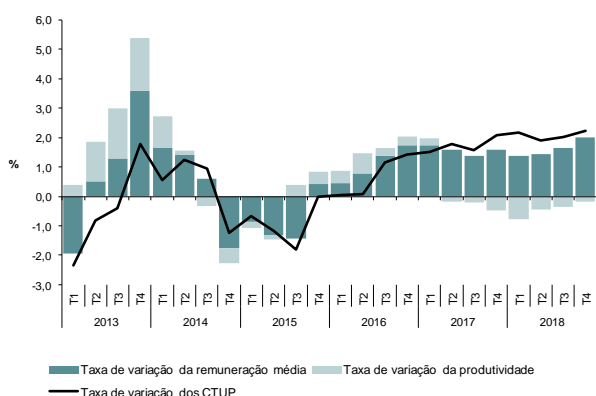
	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2017T4	2018T4
Saldo em contabilidade pública:	-2 058,4	-3 586,2
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1 936,7	2 437,5
Diferença entre juros pagos e devidos	- 0,2	27,3
Outros valores a receber:	142,3	715,8
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	243,3	755,2
<i>Outros</i>	- 101,1	- 39,5
Outros valores a pagar:	115,2	165,4
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	183,3	180,1
<i>Outros</i>	- 68,1	- 14,7
Outros ajustamentos:	-1 210,4	-1 389,9
<i>dos quais:</i>	0,0	0,0
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-1 422,8	-1 110,4
Saldo em contabilidade nacional:	-1 074,7	-1 630,2
PIB ⁽¹⁾	49 285,6	51 423,0
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-2,2%	-3,2%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 2,2%

No ano acabado no 4º trimestre de 2018, os CTUP registaram um aumento de 2,2%, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior. O crescimento dos CTUP foi determinado pelo aumento da remuneração média e, em menor grau, pela diminuição da produtividade.

Gráfico 5 - Taxa de variação dos CTUP (ano acabado no trimestre)



Revisões das estimativas anteriores

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 3º trimestre de 2018, é de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 28 de fevereiro passado.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2018

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2018 é obtida pela soma dos 4 trimestres agora divulgados. Os resultados para o ano de 2017 têm ainda uma natureza provisória, podendo ser revistos até à publicação da versão final, prevista para setembro de 2019.

É importante referir que os resultados a publicar em setembro serão apurados no âmbito de uma nova base de 2016 das Contas Nacionais Portuguesas, na qual se

deverá proceder a aperfeiçoamentos metodológicos, nomeadamente tendo como objetivo aumentar a consistência com as contas financeiras e com as estatísticas da Balança de Pagamentos compiladas pelo Banco de Portugal.

O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 8 - Indicadores para a economia portuguesa

	2013	2014	2015	2016	2017 ^{Po}	2018 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	1,1	1,7	3,9	3,7	4,4	3,6
RNB (taxa de variação)	2,2	1,3	2,8	4,2	4,5	3,2
RDB (taxa de variação)	2,4	1,5	2,8	4,2	4,8	3,2
Poupança Bruta (taxa de variação)	13,4	-0,4	3,1	10,1	12,5	1,4
Taxa de Poupança das Famílias e ISFLSF (% do RDB)	7,8	5,2	5,3	5,0	4,7	4,6
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	-0,4	2,6	3,2	3,5	3,6	3,8
Rendimento Disponível das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	-0,2	-0,2	3,4	3,2	3,3	3,7
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	-5,9	6,3	7,4	3,0	12,1	7,9
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento						
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	1,4	1,2	-0,7	-0,1	-0,8	-2,0
Sociedades Financeiras (% do PIB)	2,1	4,8	3,6	1,8	3,8	1,9
Administrações Públicas (% do PIB)	-4,8	-7,2	-4,4	-2,0	-3,0	-0,5
Famílias e ISFLSF (% do PIB)	3,6	2,2	1,9	1,3	1,0	0,7
Total da Economia (% do PIB)	2,3	1,0	0,3	1,0	1,1	0,2
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	1,0	0,2	0,6	1,1	0,8	0,1
CTUP (taxa de variação)	1,8	-1,3	0,0	1,4	2,1	2,2

Po - dados provisórios; Pe- dados preliminares.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.